

As representações da língua nas gramáticas escolares: a diluição da história, dos sujeitos e dos contextos*

RUI VIEIRA DE CASTRO
(Universidade do Minho)

1. A afirmação de que aquilo que se pode dizer, num espaço e tempo determinados, é regulado pelo posicionamento dos sujeitos e pelo contexto da situação é hoje, se bem avalio, bastante consensual; a superação da ruptura entre texto e contexto representa uma das aquisições mais produtivas dos estudos linguísticos, abrindo caminho à realização de uma das tarefas centrais que se colocam a quem toma a linguagem como seu objecto: saber como se constroem e como se reconstroem os significados que transaccionamos nas interacções sociais.

A operacionalização de uma tal tarefa envolve a possibilidade de se discriminar um conjunto de indicadores que sustentem a delimitação do contexto, pois que nem todos os traços definíveis numa determinada situação são passíveis de idêntica articulação com as características dos textos correspondentes; envolve, por outro lado, a possibilidade de se identificar os indicadores textuais que possam ser correlacionados com as dimensões relevantes da situação. Esta foi a tarefa que, por exemplo, Hymes (1972) se propôs, ou que, na consideração de uma mais estreita imbricação entre linguagem e situação, Halliday e Hasan (1989) procuraram realizar. Em qualquer dos casos, põem-se ao analista vários desafios: identificar as marcas textuais e contextuais pertinentes, identificar e caracterizar os dispositivos que permitem relacionar texto e contexto, os dispositivos que "determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma dada posição numa dada conjuntura" (Haroche *et al.*, 1971).

Neste texto, proponho-me analisar algumas dimensões do discurso pedagógico, na consideração de algumas das variáveis contextuais em que ele é gerado, recontextualizado e transmitido. Importar-me-á, designadamente, caracterizar os discursos que no campo pedagógico são produzidos sobre a língua e

* Este trabalho inscreve-se no âmbito do Projecto de Investigação *Estatuto, funções e história do manual escolar* (JNICT-PCSH/C/CED/868/95).

sobre a linguagem, explorando possíveis relações com discursos idênticos produzidos no campo linguístico.

Com esta finalidade, tomarei como objecto de análise os textos pedagógicos que de forma mais sistemática descrevem a língua e as suas concretizações históricas – as gramáticas escolares; para o efeito, foi constituído um *corpus* que pretende representar os textos gramaticais que presentemente são utilizados nas escolas portuguesas¹. Analisá-los-ei procurando:

i) identificar o modo como inventariam e conceptualizam os diferentes domínios disciplinares que tomam a língua como seu objecto, procurando avaliar a sensibilidade deste tipo de textos a alterações no interior do campo linguístico; com este objectivo recuperarei alguns dados já apresentados num estudo anteriormente realizado (Castro, 1995);

ii) analisar o modo como entendem o objecto *língua* na diversidade das suas realizações.

2. A leitura dos textos que compõem o *corpus* seleccionado deixa perceber a escassez, a quase ausência de problematização do conceito de *gramática*. De facto, um único texto propõe uma definição de gramática e, ao fazê-lo, convoca orientações abertamente normativas:

“A Gramática de uma língua estabelece as normas da expressão verbal, estudando as palavras e a correcta construção ou estrutura da frase” (Texto E, p. 21).

Este facto suscita pelo menos duas hipóteses de explicação: estamos, na perspectiva dos produtores destes textos, perante conceitos ou práticas perfeitamente delimitadas e reconhecíveis que, por isso, não carecem de discussão – gramática é aquele texto; ou, ao contrário, à definição “tradicional” de gramática já não é reconhecida validade suficiente e, não estando preenchidas condições para uma sua definição consensual, ela é omitida. A exploração destas hipóteses será aqui desenvolvida através do estudo da caracterização das disciplinas linguísticas (e da delimitação do seu objecto) que estes textos realizam, no sentido de avaliar a estabilidade ou a instabilidade da sua configuração.

As gramáticas escolares realizam, por vezes, uma inventariação e caracterização das disciplinas que estudam a linguagem verbal; no *corpus* em apreço, porém, são apenas três os textos em que este procedimento é desenvolvido de forma sistemática (ver Quadro 1).

Quadro 1- Disciplinas linguísticas referidas nas gramáticas escolares

| TEXTO A | TEXTO B | TEXTO E |
|--------------------|--------------------|-------------|
| Fonética/Fonologia | Fonética/Fonologia | Fonética |
| Morfologia | Morfologia | Morfologia |
| Sintaxe | Sintaxe | Sintaxe |
| Semântica | Semântica | Semântica |
| Lexicologia | Lexicologia | Lexicologia |
| Ortografia | Ortografia | |
| | Estilística | Estilística |

Fonte: Castro (1995)

Existe, pois, um núcleo de disciplinas sistematicamente indicadas e descritas – Morfologia, Sintaxe, Semântica, Lexicologia; a este núcleo surge associada uma outra área de saber, a Fonética, que em dois casos surge em relação de equivalência com a Fonologia. Duas gramáticas acrescem a Ortografia e a Estilística a este conjunto.

Passemos a considerar as definições que são propostas para as diferentes disciplinas linguísticas, tendo em conta não só as concepções presentes nos textos referenciados no Quadro 1, mas também nos outros textos do *corpus*.

A distinção entre a Fonética e a Fonologia, como assinalámos, nem sempre é estabelecida, tomando-se pontualmente as designações como equivalentes: “São a fonética e a fonologia que estudam os sons [...]” (Texto E, p. 22). Quando se atribuem objectivos e objectos diferentes à Fonética e à Fonologia, a primeira é descrita como “ciência auxiliar” ou “disciplina complementar”, tendo por objecto as “propriedades físicas (articulatórias e acústicas) dos sons vocais” (Texto B, p. 61); esta definição contrasta com uma outra, mais fluida e permeada pela diacronia – a Fonética estuda “[...] a própria palavra, acompanhando a evolução desta através dos tempos” (Texto D, p. 33). Nestes casos de distinção entre Fonética e Fonologia, é possível encontrar dois procedimentos definitórios desta última, a que correspondem uma menor ou maior valorização das relações sistémicas das unidades e, portanto, uma definição menos alargada ou mais alargada do objecto, muito circunscrito nuns casos – “os fonemas ou sons da língua” (Texto D, p. 33) –, mais amplo noutros casos – os “sons vocais ou, melhor, os fonemas utilizados na construção do significante, as suas relações, as regras que presidem à sua combinação” (Texto B, p. 61).

As definições propostas para a Morfologia partilham um objecto idêntico – a flexão das palavras. Este denominador comum aparece expandido, num caso, através da inclusão da delimitação das classes de palavras como tarefa da Morfologia, por esta forma se reenviando para um certo tipo de práticas “tradicionais” no âmbito desta disciplina (Texto A, p. 59).

Relativamente à Sintaxe, é no Texto B que é possível encontrar uma definição mais exaustiva:

As palavras de uma língua distribuem-se por determinadas categorias ou classes, ocupam determinados lugares na frase, contraem entre si diversas relações no conjunto da mensagem e desempenham nela certas funções. O estudo destas categorias, relações e funções é o objecto da Sintaxe (p. 63).

Se acerca da unidade de análise que deve ser tomada como referência existe aqui alguma indefinição, o mesmo não se passa noutros textos onde se procede a uma delimitação mais rígida do objecto: “as relações e funções das palavras na frase” (Texto A, p. 59); “a estrutura ou construção da frase” (Texto E, p. 21). Mas ao contrário daquilo que ocorre nas restantes gramáticas, a definição do objecto e das tarefas da Sintaxe é colocada, no Texto B, de modo mais adequado; em simultâneo, supõe-se um outro tipo de fronteiras entre as disciplinas, menos marcadas, aspecto exemplificado pelo reconhecimento de que as “[...] diversas formas que uma palavra toma numa frase são fundamentalmente determinadas pelas relações que aí estabelece com outras” (Texto B, p. 63).

Nas gramáticas escolares analisadas, se é bastante consensual a definição genérica do objecto da Semântica – “o significado”, “a significação” –, a sua especificação faz, porém, emergir entendimentos diversos que ora adoptam focalizações restritivas – a semântica “[...] estuda o significado das palavras, estabelecendo campos semânticos – a palavra e os vários sentidos que pode apresentar” (Texto E, p. 309) – ora veiculam concepções mais fluidas – à Semântica compete estudar o “significado das palavras e das frases” (Texto A, p. 58) ou o “significado das palavras e das unidades maiores que com elas se constituem, isto é, das frases e dos textos” (Texto B, p. 64). A forma como os significados se encontram estruturados na língua não está considerada em qualquer das gramáticas, exclusão tanto mais significativa quanto esta é uma vertente que os estudos linguísticos tendem contemporaneamente a privilegiar.

De consenso já não se pode falar quanto ao entendimento expresso nos textos do *corpus* acerca do objecto da Lexicologia; a divergência situa-se entre a referência ao “conjunto das palavras que a língua nos oferece” (Texto E, p. 22) e aos “elementos” que formam as palavras (Texto A, p. 59; Texto B, p. 64); nesta situação, à Lexicologia compete o “estudo dos elementos constitutivos das palavras, dos significados que estas contêm e das normas por que se combinam” (Texto B, p. 64); esta concepção surge, pois, a interceptar em alguma medida conceptualizações da Semântica que acima referenciámos. O texto F caracteriza a Lexicologia como o “[...] estudo científico do léxico [tendo] por objecto o vocabulário analisado sob o ponto de vista de significante e significado, quer numa perspectiva sincrónica quer diacrónica” (p. 176).

Como ficou registado no Quadro 1, em alguns textos do *corpus* são mencionadas como disciplinas linguísticas a Ortografia e a Estilística. A segunda destas disciplinas é entendida como o “estudo dos recursos da língua para a criação [de efeitos expressivos particulares]” (Texto B, p. 65), mas também como o estudo do “estilo”, olhado este como um conjunto de características que tornam distinto um conjunto de frases pronunciadas ou escritas (Texto A, p. 58); estas definições envolvem distintas abordagens do objecto da Estilística, privilegiando-se, por um lado, certas dimensões do sistema da língua e, por outro lado, modos particulares da sua actualização; neste último caso, são mais indirectas as conexões com a Retórica.

A definição da Ortografia é consensual – a Ortografia é a escrita correcta das palavras segundo regras estabelecidas; o que assim se estabelece, ou reafirma, é a deslocação de uma prática normativizada para uma prática analítica

3. A análise até agora realizada permite desde já apresentar algumas características do discurso gramatical escolar, tal qual ele se concretiza nos textos em estudo.

A opção pela não explicitação do termo *gramática*, podendo significar que se considera desnecessário dizer de um texto aquilo que ele é, pode também traduzir o reconhecimento da presença de um texto em *movência*. Num outro sentido, a inexistência de definições de gramática pode significar a recusa da atribuição de funções reguladoras aos textos em questão, a assunção de que um

texto deste tipo é sempre normativo, ou ainda a dificuldade em assumir explicitamente esta perspectiva; hipótese mais viável esta já que continuamos a encontrar nas gramáticas escolares orientações iniludivelmente prescritivas.

Uma segunda conclusão, certamente a mais significativa para os nossos objectivos, envolve a verificação da lentidão com que as gramáticas escolares incorporam a expansão do âmbito dos estudos linguísticos, crescendo, na delimitação das disciplinas, ao núcleo duro da tradição – Fonética/Fonologia, Morfologia, Sintaxe – apenas a Semântica. Notar-se-á, também, a fluidez na definição destas mesmas disciplinas. Apontar-se-á, ainda, o predomínio das disciplinas da “linguística da língua” em detrimento das disciplinas da “linguística do discurso”; a que não será certamente estranho o facto de esta última ser afectada por uma “instabilidade generalizada [...] tão distintos são os pressupostos, os métodos, os objectos de disciplinas aparentemente próximas” (Maingueneau, 1987), o que constrangerá a sua apropriação pedagógica.

Estes factos evidenciam o carácter diferido das relações entre os estudos linguísticos e a gramática escolar, relevante sobretudo quando é o reconhecimento das próprias disciplinas que está em causa. No mesmo sentido apontam as discrepâncias entre as definições propostas para as disciplinas, o que testemunha um texto que se move em tensão entre princípios localizados no campo pedagógico e no campo científico, não completamente congruentes.

Neste quadro, falar-se-á de uma relação entre o discurso pedagógico e o discurso linguístico caracterizada, em termos bernsteineanos, por uma classificação forte, ou seja, regulada por um princípio de insularidade entre ambos os discursos (Bernstein, 1981).

4. Se a ausência de representação de disciplinas no campo da “linguística do discurso” dá, desde logo, informações importantes acerca do âmbito do objecto das gramáticas escolares, a verdade é que, de forma esparsa, é possível encontrar aí uma caracterização de “tipos de variação linguística”, “níveis de língua” e “linguagens especiais”. Em qualquer dos casos, estaremos perante dimensões particularmente sensíveis à análise do tipo de apropriação que o campo pedagógico faz dos conhecimentos linguísticos e à caracterização dos procedimentos de (re)conceptualização que ali têm lugar.

Com este objectivo, as gramáticas escolares foram descritas através da utilização de sistemas de categorias de análise concernentes:

- a) às dimensões de variação sob as quais a língua e o uso linguístico são considerados;
- b) aos critérios utilizados para descrever o par conceptual “registo escrito”/“registo falado”, a oposição que é objecto de análise mais detalhada nos textos escolares;
- c) aos factores considerados na descrição das variantes sociais do uso linguístico.

Na descrição dos dados foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: seleccionaram-se os blocos de texto relativos às diversas dimensões

da variação linguística; tomou-se o parágrafo como “unidade de registo”, sendo as categorias analisadas em função da sua presença/ausência; através da introdução de uma categoria intermédia, procurou-se discriminar entre a simples referência ao objecto de análise e a sua análise exaustiva.

A análise da presença destas categorias obrigou à realização de operações de reorganização do material do *corpus*; a dissociação entre a categorização em que assentam as grelhas de análise utilizadas e aquela a que as gramáticas procedem impossibilita uma descrição linear dos materiais – raros são os textos que promovem, por exemplo, uma análise *estruturada* das variedades sociais e estilísticas (“linguagem familiar” ou “literária” surgem nas gramáticas escolares quase sempre no mesmo sistema de categorias que “linguagem popular”, “linguagens técnicas” ou “gírias”).

Considere-se, então, a forma da presença das diversas categorias, atendendo, num primeiro momento, à caracterização que em termos gerais é feita da língua como complexo de variedades (ver Quadro 2).

Quadro 2 - Variedades linguísticas e factores de variação

| | TEXTO A | TEXTO B | TEXTO C | TEXTO D | TEXTO E | TEXTO F |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Variedades históricas | - | + | - | - | - | - |
| Variedades geográficas | - | + | + | - | ± | ± |
| Variedades sociais | + | + | + | + | - | + |
| Variedades estilísticas LO/LE* | + | + | + | + | ± | + |
| outras | + | + | + | + | ± | + |
| Factores de variação | - | + | + | ± | - | + |

* LO: “língua oral”; LE: “língua escrita”

Os dados deixam perceber:

- a escassa presença de referências às realizações históricas do português;
- a preferência, no quadro da descrição das variedades do português, pelas “variedades estilísticas”, ganhando aqui particular relevo, pela sua sistematicidade e expansão, a discussão das realizações escritas e orais da língua;
- alguma atenção às variedades geográficas e sobretudo sociais da língua.

Se considerarmos as diferenças no interior do *corpus*, podemos verificar a diversidade de opções relativamente à descrição das variedades linguísticas, existindo textos em que a variação é tendencialmente ignorada enquanto em outros se encontram consideradas todos os tipos que integram o sistema de categorias adoptado. A este propósito, é interessante considerar a relação entre a

explicitação dos factores de variação e as variedades consideradas – são os textos que realizam operações de explicitação aqueles que tendem para uma descrição mais exaustiva das variedades linguísticas.

No sentido de melhor compreender as opções analíticas subjacentes às diferentes gramáticas escolares, consideremos agora, de forma mais detalhada, o tratamento dos tipos de variedade que são objecto de tratamento mais exaustivo naqueles textos (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Dimensões de caracterização da “língua oral” e da “língua escrita”

| | TEXTO A | TEXTO B | TEXTO C | TEXTO D | TEXTO E | TEXTO F |
|-------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Dimensões linguísticas | | | | | | |
| sintaxe | + | + | - | + | + | - |
| léxico | - | - | - | + | + | + |
| prosódia/pontuação | + | + | - | + | + | - |
| tipos de texto | - | - | - | - | + | - |
| Dimensões contextuais | | | | | | |
| sujeitos (processos) | ± | + | ± | - | - | - |
| situação | ± | + | - | ± | - | ± |

Resulta deste quadro que, na caracterização do par “língua oral”/“língua escrita”, a atenção, esperável, às dimensões linguísticas não encontra correspondência na consideração das dimensões contextuais: há uma escassa referência aos contextos de situação – estes aparecem quase exclusivamente sob a forma de caracterização da “língua escrita” e da “língua oral” como modalidades de comunicação *in absentia* e *in praesentia*, sem que daí sejam retiradas implicações para as dimensões linguísticas; os aspectos processuais da produção linguística, as operações cognitivas realizadas pelos sujeitos são, também elas, praticamente ignoradas.

A caracterização produzida nos textos do *corpus* acerca das variedades sociais suscita considerações de teor aproximado (ver Quadro 4).

Quadro 4 - Caracterização das variedades sociais

| | TEXTO A | TEXTO B | TEXTO C | TEXTO D | TEXTO E | TEXTO F |
|------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Textos | | | | | | |
| conteúdos | - | - | - | - | - | + |
| linguagem | + | + | + | + | - | + |
| tipos | - | + | + | - | - | + |
| Sujeitos | | | | | | |
| posicionamento | + | + | + | + | - | + |
| objectivos com. | - | + | - | + | - | + |
| Contextos | | | | | | |
| | - | - | + | - | - | + |

Os textos que concretizam estas variedades aparecem fundamentalmente descritos a partir de dimensões linguísticas (a sintaxe e o léxico, designadamente); a referência aos sujeitos reenvia para uma rotulagem dos grupos sociais a que são associados os textos cujas características linguísticas se inventaria, o que, apesar de tudo, supõe algum esforço de tipificação; este esforço, no entanto, não contempla já, de forma sistemática, por exemplo, a intencionalidade do uso comunicativo. Também aqui assistimos a um apagamento das marcas contextuais, com um importante número de textos a iludirem qualquer referência a factores como o espaço, o espaço social, o universo de referência, etc.

5. Num contexto de regulação em que, como noutro lugar tive ocasião de mostrar (Castro, 1994), a variação linguística constitui um tópico "menor", encontra-se nas gramáticas escolares uma caracterização das variedades linguísticas particularmente empobrecedora; não só pelas dimensões e produtos da variação que são excluídos, mas também, nos casos em que se evita aquela exclusão, pela diluição ou apagamento de elementos fundamentais de caracterização: os sujeitos que falam a língua de que se fala não têm densidade psicológica ou social e movem-se em contextos que, pela escassez de elementos de caracterização, se tornam dificilmente reconhecíveis.

Assim, os leitores que estas gramáticas *constroem* são leitores que *devem* pensar os discursos sobretudo em função de um locutor ideal, e menos em função de "emissores situados no tempo histórico e no espaço social [...] tendo em conta toda a problemática da enunciação do discurso, desde os factores ideológicos, socioculturais e económicos que regulam a sua produção até aos efeitos sociais, psicológicos e ideológicos que o emissor procura obter" (Aguiar e Silva, 1982, p. 540).

Analisada nesta perspectiva, a relação das gramáticas escolares com os textos linguísticos é uma relação difusa, mais ou menos indirecta, que passa pela incorporação lenta de novas orientações, conceitos e factos ali disponibilizados; e este facto acentua a necessidade não só de se procurar perceber mais aprofundadamente o que se joga na relação entre o campo científico e o campo pedagógico, através da identificação e análise dos princípios que actuam nesse campo, como de encontrar estratégias, no campo científico e no campo pedagógico, que possibilitem uma sua articulação mais produtiva.

NOTAS

¹ O corpus é constituído pelas gramáticas seguintes: Texto A: Azeredo, M., Freitas, M. e Azevedo, M. (1982). *Da comunicação à expressão*, 4ª ed. Porto: ASA; Texto B: Florido, Mª e Silva, Mª (1983). *Novos caminhos para a linguagem*, 3, 3ª ed. Porto: Porto Editora; Texto C: Mello, C. e Henriques, J. (1985). *A língua e a norma*. Lisboa: Plátano Editora; Texto D: Pinto, J., Parreira, M. e Lopes, Mª (1986). *Gramática do português moderno*. Lisboa: Plátano Editora; Texto E: Figueiredo, J. e Ferreira, A. (1987). *Compêndio de gramática portuguesa*, 12ª ed. Porto: Porto Editora; Texto F: Nunes, C., Oliveira, M. e Sardinha, M. (1990). *Nova gramática de Português*, 19ª ed. Lisboa: Didáctica Editora.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR E SILVA, V. (1982). *Teoria da literatura*, 4ª ed. Coimbra: Almedina.
- BERNSTEIN, B. (1981). "Codes, modalities and the process of cultural reproduction: A model. *Language in Society*, 10.
- CASTRO, Rui Vieira de (1994). "Variações escolares sobre a variação linguística". AA VV, *Variação linguística no tempo, no espaço e na sociedade*. Lisboa: Colibri.
- (1995). *Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- HALLIDAY, Michael ; HASAN, Ruqaiya (1989). *Language, context and text: Aspects of a language in a socio-semiotic perspective*, 2nd ed. Oxford: Oxford University Press.
- HAROCHE, C., Henry, P. ; PECHEUX, M. (1971). "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours". *Langages*, 24.
- HYMES, Dell (1972). "Models of the interaction of language and social life". John Gumperz e Dell Hymes (ed.), *Directions in sociolinguistics*. New York: Holt Reinheart & Winston.
- MAINGUENEAU, D. (1987). "L'unité du champ de la linguistique". AA VV, *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística